

Paternidade, celibato e sociedade patriarcal

O outro lado da história do presidente Fernando Lugo

À parte o escândalo e as piadas América Latina afora que o presidente do Paraguai Fernando Lugo vem protagonizando desde revelada e assumida a paternidade de uma criança de 2 anos, e depois de outras duas mulheres também alegarem ser ele o pai de seus filhos, muito pode ser dito sobre um caso como este. Mas a abordagem do assunto pela imprensa, em geral, deixa de fora aspectos bem problemáticos da história: a um só tempo, o episódio expõe a forte presença política e as contradições da Igreja Católica, com a falência do celibato, e toca no tema da paternidade nos países latinos, que ainda sustentam práticas comuns às sociedades patriarcais, ao invés de vê-la como um compromisso e direito.

Apesar das bandeiras e lutas assumidas e levadas a cabo por inúmeras organizações feministas compostas por homens e mulheres, e apesar de parecer que o discurso e a causa já foram assimilados universalmente, na prática, social e legalmente, ao homem ainda são dadas facilidades quando o assunto é gravidez e direitos sexuais. O enredo é batido: um homem e uma mulher transam, a mulher engravida, a mulher tem um filho. Já a paternidade, essa tem que ser comprovada.

Tomemos o caso do presidente Lugo. Certamente, responsabilidade e gravidez não foram preocupações para o presidente paraguaio, que só veio a assumir a paternidade depois de pressionado e exposto publicamente. O desenrolar dos eventos mostra como ainda são fortes certos princípios “machistas” na América Latina, que ainda peca por não promover políticas públicas exitosas no incremento do compromisso masculino com o(a) filho(a). Uma lei sancionada no Brasil no fim de 2008 avançou um pouco em relação a isso e garante à mulher o recebimento de uma espécie de pensão alimentícia mesmo antes do nascimento da criança, sem a necessidade de “comprovação biológica de paternidade”. Mas ainda recai sobre a mulher provar a paternidade para ter direito ao benefício. Por outro lado, ainda faltam pesquisas que mostrem as distorções pelas quais passam no Brasil as provas de exames de DNA: burla, corrupção e “jeitinhos” ainda parecem favorecer os homens. Relatos informais apontam para processos que se arrastam na justiça enquanto as mulheres ficam sem apoio financeiro para custearem a vida de seus filhos. A responsabilidade dos avós paternos, recurso previsto em lei, também parece não estar sendo cumprida adequadamente.

No Paraguai, a *Coordinación de Mujeres del Paraguay (CMP)*, publicou no último dia 27 de abril um comunicado diante dos acontecimentos envolvendo Lugo no qual denuncia a persistência de uma ordem patriarcal no país: “O presidente é parte de uma cultura de domínio masculino com plena vigência na sociedade paraguaia”, diz o documento. A organização encara a paternidade responsável como uma questão de interesse público.

O grupo, não sem razão, ainda critica a “dupla moral” da Igreja Católica, que “discrimina e prejudica as mulheres”, esbarrando no problema do Estado Laico e da influência política da instituição naquele país. Também seria oportuno questionar se o celibato na Igreja Católica não é hoje algo insustentável, vide a conduta de inúmeros padres, bispos e sacerdotes que mantêm atividade sexual, inclusive com denúncias públicas de inúmeros casos de pedofilia. É perturbador como a instituição trata de abafar e até negligenciar o problema.

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

O presidente do Paraguai chegou a ser parabenizado pela “nobre” conduta de assumir publicamente a paternidade de uma criança. As congratulações só valem se esse assumir for sinônimo de um claro compromisso com os direitos das mães e dos filhos. Como tem que ser sempre.